



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ÁGUA PRETA/PE

Processo: 00002552820198172140

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FELIPE DA SILVA BEZERRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho, expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia **10.06.2018**, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Cumpre ressaltar que a vítima ingressou com pedido administrativo, onde o mesmo passou pelo crivo medico administrativo da seguradora, atendendo as exigências da Lei 6.194/74 e da Sumula 474 do STJ, de maneira que o expert foi categórico ao afirmar que o autor não possui lesão de caráter permanente, senão vejamos:

PARECER

Logo, resta claro que não há incapacidade permanente, não havendo que se falar em indenização do Seguro Obrigatório DPVAT, ante a comprovada ausência de invalidez permanente.

Isto posto, fica demonstrado que o pleito do autor se encontra descabido, já que a mesma pleiteia indenização por invalidez permanente, sem ter restado inválido, conforme ficou comprovado através da prova pericial.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Neste sentido, o sinistro foi **NEGADO ADMINISTRATIVAMENTE**, tendo em vista que a parte não restou comprovada a invalidez permanente do autor.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Assim sendo, o expert atestou a debilidade permanente no pé esquerdo no percentual de 10%, todavia, é importante mencionar que o autor não juntou aos autos nenhum documento médico conclusivo que corrobore com a lesão atestada pelo perito, de fato que, os documentos médicos acostados informam que a lesão ocorreu no 2º dedo do pé, vejamos:

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO
HOSPITAL REGIONAL DE PALMARES DO SUL, FUNDADO EM 1961
FICHA DE ANAMNESE

Nome: FELPE DO SILVA BEZERRA
Idade: 22 anos
Município: Recife
Registro: 742695
Endereço:
Data de Prescrição: 10/06/2018
Data de Atendimento:

1) QPD / HDA:
ACIDENTE DE MOTOCICLETA
MELHORES VÔMITOS
MELHORES DESMAY




2) Exame Físico:
DOR EM PE (E)
BOA PERFUSÃO

3) HDA:
FRATURA DO 2º METATE (SEGUNDO)

4) Conduta na Emergência / Prescrição:
INTERFUNDAMENTO

5) Evolução na Emergência:

Assinatura: [Assinatura]
Carimbo: [Carimbo]

 		SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO HOSPITAL REGIONAL DE PALMARES DR. SILVIO FERNANDES MAGALHÃES			
AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR - AIH					
IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO					
ESTABELECIMENTO SOLICITANTE			2 - CNES		
HOSPITAL REGIONAL DE PALMARES			2428393		
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE			4 - CNES		
HOSP REGIONAL DE PALMARES DR SILVIO MAGALHÃES			2428393		
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE					
1 - Nome do Paciente			6 - N° Prontuário		
FELIPE DO SILVA BEZERRA			742695		
7 - Cartão Nacional do SUS		8 - Data de Nascimento		9 - Sexo	
		27.7.95		M	
		10 - Raca		11 - Estado	
		Pardo		PE	
12 - Nome da Mãe			13 - Telefone de Contato		
Edileia Bezerra Brito					
14 - Nome Responsável			15 - Telefone de Contato		
16 - Endereço (Rua, N°, Bairro)			17 - UF		
Rua Antônio Bispo			PE		
Município			18 - CEP		
Recife			5555000		
LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO					
20 - Principais Sinais e Sinais Clínicos					
Dor de mto					
21 - Condições que justificam a internação					
Dor em pé (C)					
22 - Principais Resultados de Exames Diagnósticos					
Rx					
23 - CID 10 Principal					
F00.90 2ª MTE					
24 - CID 10 Secundário					
59.22					
25 - CID 10 Causas Associadas					
PROCEDIMENTO SOLICITADO					
26 - Descrição do Procedimento Solicitado			27 - Código do Procedimento		
INTERAMENTO			09080505		
28 - Especialidade		29 - Caráter de Atendimento		30 - Documento	
ORTO PEDIS		URGENTE		1 - CNS	
31 - Nome do Profissional Solicitante/Assistente		32 - N° do Documento (CNS/CPF) do Profissional Solicitante/Assistente		33 - Data da Solicitação	
		0518538640			
34 - Assinatura e Carimbo (N° de Registro no Conselho)		35 - Data da Solicitação			

Assim sendo, requer a intimação do perito para que preste esclarecimentos acerca do laudo pericial elaborado, uma vez que os documentos médicos atestam lesão no 2ª dedo do pé e não o pé como todo.

Em razão da graduação e da ausência de informação, pugna a Ré pela intimação do Perito do juízo para que preste esclarecimentos acerca do elevado percentual de invalidez atestado, uma vez que não há nos autos documentos médicos que corroborem com a graduação.

Diante do exposto, a Ré impugna expressamente o laudo pericial judicial, requerendo a improcedência da presente demanda com fundamento no artigo 487 inciso I do Código de Processo Civil ante a comprovada quitação administrativa.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

AGUA PRETA, 1 de julho de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE